

ID: 107030608

07-09-2023

GOVERNO REGIONAL QUER SALVAGUARDAR 30% DO MAR AÇORIANO

Áreas marinhas protegidas chegam ao Parlamento em outubro

O Governo Regional pretende entregar, a 16 de outubro, no Parlamento Açoriano, a proposta de revisão da Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores (RAMPA).

Este diploma está em consulta pública até 15 deste mês e visa que o Parque Marinho dos Açores inclua 29 áreas marinhas protegidas (AMP) oceânicas, abrangendo 30% da Zona Económica Exclusiva. Destas áreas, 16% terão proteção total e 14% proteção alta.

A Terceira recebeu, terça-feira, uma sessão pública de esclarecimento, que decorreu no Auditório da Escola Profissional na Praia da Vitória, sobre a alteração ao decreto legislativo regional em vigor.

Entretanto, através do programa Blue Azores, tiveram lugar, desde dezembro de 2021 até junho de 2023, mais de 40 reuniões de suporte a processos participativos, no que o executivo açoriano salienta ser “um processo de cocriação da nova RAMPA”. O objetivo será criar bases “para uma verdadeira economia azul sustentável”.

Atualmente, os Açores têm 50 áreas marinhas protegidas, 15 oceânicas e 35 costeiras, o que representa perto de cinco por cento das águas sob soberania nacional.

“Estas AMP abrangem uma variedade de elementos geomorfológicos, como plataformas insulares, montes submarinos, zonas de fratura, fossas, planícies abissais, e uma extensão considerável da Dorsal Médio-Atlântica”, descreve o Blue Azores.

Segundo a informação disponibilizada à comunicação social sobre o processo “estão, ainda, presentes ecossistemas marinhos vulneráveis como as fontes hidrotermais e os jardins de corais de água fria e agregações de esponjas, que colonizam o cume de montes submarinos”.

Nas áreas marinhas protegidas que fiquem sob proteção total, são excluídas as atividades extrativas ou destrutivas. As áreas com nível de proteção total são



MAR. Perto de 560 espécies de peixes e 28 mamíferos marinhos têm presença no arquipélago

classificadas como reserva natural marinha.

Nas zonas com proteção alta são permitidas “atividades extrativas de baixo impacto ambiental”.

O mar açoriano apresenta espécies e ambientes únicos. “A investigação científica desenvolvida nos Açores nas últimas décadas, permitiu compreender a importância ecológica dos ecossistemas de mar profundo, mas também as ameaças a que estão sujeitos. Têm sido descobertas novas espécies, biótopos, fontes e campos hidrotermais, incluindo as comunidades de octocorais de águas frias que colonizam o seu fundo. Estas descobertas colocam os Açores numa posição de destaque no Atlântico Norte”, vinca o Blue Azores.

A região é casa para mais de 560 espécies de peixes, 28 espécies de mamíferos marinhos, seis es-

Açores têm mais de 300 montes submarinos

pécies de tartarugas e 10 espécies de aves marinhas nidificantes.

Em 2016 e 2018, realizaram-se expedições científicas no mar açoriano, para avaliar o estado ambiental dos ecossistemas marinhos.

Existem nos Açores mais de 300 montes submarinos, “locais que oferecem as condições ideais para a ocorrência de corais e esponjas de profundidade, bem como de uma elevada biodiversidade marinha”.

“A maioria das espécies de corais

OCEANO. Proposta de alteração à legislação em vigor pretende criar 16% de áreas marinhas com proteção total. Visa uma “verdadeira economia azul”.

e esponjas de profundidade que aí ocorrem têm crescimento lento, vida longa e uma baixa taxa de reprodução, o que as torna extremamente vulneráveis à pesca e a outras atividades com impacto no fundo marinho. Os montes submarinos pouco profundos, fontes hidrotermais, jardins de corais de água fria e as agregações de esponjas reúnem os critérios para serem considerados Ecossistemas Marinhos Vulneráveis pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), por serem frágeis, pela sua raridade e elevada importância ecológica e, por isso, por serem especialmente vulneráveis às atividades de pesca com impactos no fundo”, é avançado.

O Blue Azores resulta de uma parceria entre o Governo Regional, a Fundação Oceano Azul e o Instituto Waitt.

ID: 107030608

07-09-2023

Págs.
12 e 13

ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS

**Diploma entregue
em outubro**

A proposta do Governo chega ao Parlamento Açoriano em outubro.

O próximo desafio são as compensações aos pescadores.